



DAS CONTRIBUIÇÕES DAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS PARA OS ESTUDOS DA LINGUAGEM¹

ANA PAULA GRILLO EL-JAICK²

RESUMO: Neste breve artigo buscamos trazer contribuições das *Investigações Filosóficas* do Wittgenstein maduro para o campo da Linguística. Para além desse objetivo mais geral, esboçamos o que pode vir a ser uma linguística antropológica com base sobretudo nas ideias wittgensteinianas de forma(s) de vida, semelhança de família e jogos de linguagem. Claro está que a perspectiva wittgensteiniana de linguagem já é seminal para os estudos da linguagem, mas lamentamos que muitas de suas ideias são absolutamente desconsideradas pela Linguística, fazendo com que percamos algumas possibilidades de ferramentas descritivas. Neste trabalho procuramos dar alguns exemplos dessa quase negligência por parte dos linguistas, como a não consideração dos jogos de linguagem para o estudo de aquisição de linguagem, nem a concepção wittgensteiniana de regra para se conceber o próprio funcionamento linguístico. Entendemos, ainda, que conceitos como “comunidade linguística” e mesmo “palavra”, que ainda nos causam embaraços teórico-metodológicos, poderiam ganhar com novas metodologias à luz do pensamento do Wittgenstein maduro.

PALAVRAS-CHAVE: Wittgenstein maduro; Linguística; Forma(s) de vida; Jogos de linguagem.

ABSTRACT: In this brief article we seek to bring contributions from the mature Wittgenstein's *Philosophical Investigations* to the field of Linguistics. In addition to this more general objective, we outline what an anthropological linguistics could be based mainly on Wittgenstein's ideas of way(s) of life, family resemblance and language games. Of course, the Wittgensteinian perspective on language is already seminal for language studies, but we regret that many of his ideas are completely disregarded by Linguistics, causing us to miss some possibilities of descriptive tools. In this work we try to give some examples of this almost negligence on the part of linguists, such as the non-consideration of language games for the study of language acquisition, nor the Wittgensteinian conception of rule to conceive the linguistic functioning itself. We also understand that concepts such as “linguistic community” and even “word”, which still cause us theoretical-methodological embarrassment, could benefit from new methodologies in the light of mature Wittgenstein's thinking.

KEYWORDS: L. Wittgenstein; Linguistics; Life forms; Language games.

¹ Uma versão resumida deste texto foi apresentada no Grupo de Trabalho Wittgenstein no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof) de 2022.

² Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutora em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), tendo desenvolvido estágio doutoral na École Normale Supérieure, de Paris (ENS). E-mail: anapaulaeljaick@gmail.com.

Na Linguística, convencionou-se chamar de “virada pragmática” um momento dos Estudos da Linguagem, por volta dos anos 1960, em que pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento – quer dizer, não só linguistas, mas antropólogos, sociólogos etc. –, se opuseram ao excesso de formalismo das escolas estruturalista e gerativista de linguagem. Em relação ao estruturalismo, recusou-se sobretudo a separação proposta por F. de Saussure (1998[1916]) entre *língua (langue)* e *fala (parole)*, ou seja, rejeitou-se o gesto abstracionista de separar o que seria individual do que seria social da linguagem – e mais ainda: o entendimento de que essa fatia “social” seria *igualmente* compartilhada. De modo geral, houve a rejeição do conceito de língua tal como formulado por Saussure: como um sistema de signos linguísticos, cujo valor seria determinado dentro do próprio sistema linguístico, em uma relação de oposição em que o signo *vale, é* aquilo que outro signo não é. Consequentemente, para isso que ficou conhecido como *estruturalismo linguístico*, o significado seria determinado dentro de um sistema abstrato de signos – logo, sem sujeito e sem história.

Em relação ao gerativismo, recusou-se sobretudo a premissa formulada por Chomsky (2002[1957]) de que a língua é fator biológico, e não social – consequentemente, a premissa de que a faculdade, a capacidade da linguagem seria inata. Isso quer dizer a não aceitação de que todos os sujeitos (exceção feita aos nascidos com algum problema neurológico e às crianças que, por algum motivo, não adquiriram a linguagem por terem sido apartadas de um *input* linguístico) nasceriam com um aparato específico para a linguagem em sua mente / cérebro. Assim, também não se admitiu a separação operada por Chomsky entre sintaxe e semântica, isto é, entre a estruturação hierárquica das sentenças e seu significado linguístico. Desde o primeiro modelo proposto por Chomsky, o gerativismo insiste na ideia de regras (ou princípios) apriorísticas ao uso efetivo da linguagem. De fato, nos anos 1950, Chomsky lança sua obra *Syntactic Structures*, naquele momento como uma resposta à teoria linguística behaviorista conforme proposta por Leonard Bloomfield (1984[1933]). Este, inspirado pela psicologia de Pavlov, formulou um modelo comportamental de aquisição de linguagem segundo o qual toda criança aprenderia uma língua por Estímulo – Resposta – Reforço. Chomsky (2002[1957]) se opõe veementemente a essa concepção: o behaviorismo não explica a rapidez com que as crianças desenvolvem uma língua, tampouco a *criatividade* linguística dos falantes, incluindo aí as crianças (criatividade no sentido de produzir potencialmente infinitas proposições nunca antes ouvidas). Chomsky, então, propõe sua teoria biológica, inatista de linguagem, em que a capacidade de linguagem na mente / cérebro do falante seria composta por um conjunto de regras. Essas regras seriam as responsáveis pela capacidade criativa especificamente linguística

dos falantes de concatenar sintagmas em proposições *gramaticais* no sentido de *bem formadas* de determinada língua. Todo falante possuiria uma *intuição* inata para reconhecer a gramaticalidade de uma sentença de sua língua natural – que nada tem a ver nem com a gramática normativa, nem com algum nível de escolaridade requerida para o falante.

Em um segundo momento da teoria gerativa, Chomsky (2015[1995]) reconhece que seu primeiro modelo não era nada *econômico*: teríamos de nascer com um número excessivamente alto de regras para que conseguíssemos operar com as múltiplas ocorrências linguísticas possíveis. Assim, ele abandona o modelo de regras e o substitui pelo que chama de “Princípio e Parâmetros”. Segundo este modelo, são poucos os princípios bastante gerais os responsáveis por termos a capacidade de formular, potencialmente, infinitas proposições – um desses princípios, por exemplo, é o de que todas as proposições linguísticas, de todas as línguas, têm um sujeito, ainda que este não se materialize, não se manifeste concretamente na língua (em outras palavras, ainda que seja um sujeito “elíptico”). Esse seria o caso do português, por exemplo: em “chove”, não temos um sujeito – a gramática normativa diz ser essa uma frase “sem sujeito”. A explicação gerativa, no entanto, seria a de que o português é uma língua *pro-drop*, ou seja, uma língua que permite a omissão do sujeito (diferentemente do inglês, do francês, por exemplo, que exigem, obrigatoriamente, um sujeito expreso, nem que seja um “sujeito expletivo”, como o “it”, de “It rains”, ou o “Il” de “Il pleût”). Esses princípios seriam universais na medida em que norteariam *todas* as línguas naturais. O mito de Babel é, então, repaginado: sintaticamente, todas as línguas teriam a mesma base – supondo, como já disse, a possibilidade de se isolar a sintaxe do significado linguístico.

A partir da virada pragmática nos estudos linguísticos (cf. MARCUSCHI, 2008) questionou-se a análise gerativa por pressupor um “sujeito ideal” linguístico, ou seja, um sujeito em abstrato que adquire uma língua X em determinado tempo X, de certo jeito X, e que processa essa língua em determinado tempo X. Dessa forma, também se criticou a ideia de língua como o resultado matemático de relações lógicas cerebrais. Afinal, para a linguística gerativa, a língua seria produto de encaixes hierarquicamente construídos entre partes das sentenças criadas a partir de uma Gramática Universal inata. A tarefa do linguista seria, então, descrever essa faculdade da linguagem, essa gramática universal.

Com a virada pragmática, outros modos de ver a linguagem surgem na Linguística, como a Sociolinguística, a Análise da Conversa, a Análise do Discurso (cf. MARCUSCHI, 2008). Podemos dizer que elas têm em comum o fato de criticarem a visão logicista de linguagem que desconsidera a língua em sua própria prática, analisando-a de forma

descontextualizada, *despersonalizada*. Em comum, então, podemos dizer que essas novas vertentes da Linguística analisam a língua *em uso*.

Como se pode perceber, estaríamos aí bem próximos da perspectiva não representacionista de linguagem do Wittgenstein maduro. Afinal, conhecemos o famoso aforismo wittgensteiniano das *Investigações Filosóficas* (IF) que, de tão repetido, se vê até um pouco esvaziado de sua potência subversiva: *a significação de uma palavra é seu uso na linguagem* (IF § 43). Porém, e infelizmente, Wittgenstein não é exatamente um autor estudado na Linguística – às vezes sequer é mencionado. Em geral, os estudos pragmáticos contemplam referências bibliográficas a partir de Austin e a Teoria dos Atos de Fala. Consequentemente, para muitos alunos de Letras, é como se Wittgenstein nunca tivesse existido. Exceções há em que o vemos mencionado em notas de rodapé, como esta de Luís Antônio Marcuschi, grande linguista brasileiro da área da Linguística Textual:

Embora não seja aqui o lugar de detalhar essa questão, é imprescindível que pelo menos se faça um registro lembrando o papel essencial de Ludwig Wittgenstein a partir de suas *Investigações Filosóficas* e John Austin com sua obra *Quando dizer é fazer*, que deram o impulso central a partir da filosofia analítica para que se desenvolvesse a pragmática tal qual a conhecemos hoje em suas diversas vertentes. (MARCUSCHI, 2008, p. 37, nota 16).

O próprio Marcuschi admite sua nota como “pelo menos [...] um registro” para que o pensamento wittgensteiniano não seja completamente esquecido em seu “Breve excursão sobre a Linguística no Século XX” (2008). Nesse rápido histórico da linguística moderna, Wittgenstein não está no corpo do texto de Marcuschi – temos de nos contentar com uma (simbólica?) nota de rodapé.

O apagamento do pensamento de Wittgenstein pode ser em parte explicado pela falta de uma teoria linguística propriamente dita, diferentemente do que ocorre com Austin e sua *Teoria dos Atos de Fala*. No entanto, cremos que, a despeito de ter ou não formulado uma “teoria”, as conhecidas expressões linguísticas wittgensteinianas podem trazer muitas contribuições para análises no campo da Linguística.

A própria definição do objeto de pesquisa do linguista como *jogo de linguagem*, tal como exemplificado no conhecido aforismo 23 das *Investigações Filosóficas*, se mostra de uma percepção “exata” e certa: “O termo ‘jogo de linguagem’ deve aqui salientar que o falar da linguagem é uma parte de uma atividade ou de uma forma de vida”. A língua, afinal, não poderia ser definida por um conceito logicamente determinado, mas por um termo ele próprio metafórico – lembrando que a própria relação entre “literalidade” e “metáfora” fica abalada de saída. O sentido de “literal” e “metáfora” é decidido, estipulado por práticas intersubjetivas, por

regras socioculturais – ainda que com força de “naturais” (cf. CAVELL, 1996). Falar uma língua, então, é uma prática, uma práxis de uma forma de vida.

Antes de tratarmos dessa outra expressão bastante produtiva para a Linguística, deixamos claro que nos aliamos a autores como Levinson (1979), Duranti (1988) e Canfield (1993), para quem a expressão *jogos de linguagem* deve ser considerada seriamente na área da aquisição de linguagem e em análises linguísticas que compreendam a língua em atividade – logo, que levem em conta a situação histórica, social, cultural em suas pesquisas.

Reconhecemos haver conceitos forjados por ramos da linguística que se aproximariam de *jogos de linguagem*, tais como: “enunciação” (pela Teoria da Enunciação, de E. Benveniste (2006)), “vernáculo” (ou seja, “a fala espontânea”, objeto da Sociolinguística)³, “discurso” (nas várias “Análises do Discurso”)⁴. Todavia, apostamos que a ideia de “jogo” faz com que, audaciosamente, a própria (in)definição se esquive do aprisionamento conceitual. “Jogo” deixa a língua como está – com sua vagueza constituinte. Como já disse Saussure (2002), nós, linguistas, pesquisamos um objeto que não existe, dada sua (in)corporalidade – assim, a noção de “jogo” mantém a língua nessa ambiguidade que lhe é própria. “Jogo” define bem esse “objeto” que tem de ser *criado* a partir de um ponto de vista – de novo, conforme a famosa frase de Saussure: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto”. (SAUSSURE, 1998[1916], p.15).

Logo, a compreensão de aquisição de linguagem a partir dos jogos explicaria a capacidade de aprendizado de uma criança de um modo bastante produtivo. Afinal de contas, a se considerar o grande paradigma teórico para descrever a aquisição de linguagem da criança nos estudos linguísticos atuais, aquele proposto por Chomsky com seu modelo gerativo de linguagem, a visão wittgensteiniana se mostra, no mínimo, um importante contraponto. Em primeiro lugar, se Chomsky entende o aprendizado de uma língua como um ato datado, com início, meio e fim, podemos entender que, para Wittgenstein, esse processo está sempre em curso.⁵ Isso responderia por uma categoria de análise, antes de tudo, não solidificada – inclusive

³ Cf. LABOV, 2008[1972].

⁴ Nos estudos da linguagem, fala-se em Análise do Discurso (AD) de linhagem anglo-saxã (em que temos autores como Norman Fairclough, da chamada “Análise crítica do discurso”, bem como vários outros pesquisadores que se reconhecem em uma “Análise da Conversa”) e francesa (com pensadores como Dominique Maingueneau Michel Foucault, Michel Pêcheux, Patrick Charaudeau etc.). Como se vê, mesmo esses dois grandes “truncos” anglo-saxão e francês se bifurcam em vários galhos menores.

⁵ Sobre isso agradecemos a observação do prof. Marcelo Carvalho (UNIFESP) de que, em *O livro castanho* (1992b), Wittgenstein ensaia uma série de “etapas” a serem “adestradas” à criança (CARVALHO, 2022).

para o entendimento do que seja “adquirir uma língua”. Como se poderia dizer que alguém “adquire” uma língua, como se se “apoderasse” de algo (“uma” língua bem fatiada)⁶?

A língua não seria adquirida de uma vez, nem de uma vez por todas, também porque a ideia wittgensteiniana rejeita a concepção de língua como um código, conforme previsto pelo modelo de descrição da linguística gerativa. Dizer que uma criança tira conclusões linguísticas por si só, como se fosse um pequeno linguista que inferisse, por exemplo, a conjugação de verbos regulares para verbos irregulares – o que ocorreria em ocorrências como “cabo”, “sabo”, “fazi” – seria, cremos, uma ideia um tanto controversa à luz da perspectiva wittgensteiniana de linguagem. Afinal, adquirir uma língua deve ser saber *usar* expressões linguísticas em diferentes situações de fala. Acreditar haver princípios universais para todas as línguas, princípios anteriores ao uso da linguagem é pensar a língua, como diz Wittgenstein, “de férias” (IF § 38).

Aí também a ideia de completude de uma língua – de modo mesmo a se poder enumerar *uma* língua – toca, novamente, no embaraço de se definir o que seja “uma língua”. Aqui entramos no terreno das variações e mudanças linguísticas, levadas em conta em análise após a “virada linguística”, sobretudo pelo então formado ramo da Linguística a Sociolinguística. Entendemos que as variações linguísticas de uma (“mesma”) língua, tanto em nível geográfico, quanto social e de registro (se em contextos mais ou menos informais), compreenderiam a própria ideia de “jogo”. Ela tem também o poder explicativo de nossa sabedoria em saber jogar diferentes jogos, a partir de semelhanças e parentescos entre si.

Como sabemos, para Wittgenstein o aprendizado é como um *treinamento* – um adestramento. A criança é adestrada a agir segundo regras dos diferentes jogos de linguagem. O jogo está já sempre em andamento – a criança, então, aprende a tomar parte nos diferentes jogos de linguagem que se lhe apresentam. Na crítica de Wittgenstein ao modelo agostiniano de linguagem, a criança não aprende uma língua de maneira independente da vida ordinária, como se apenas em um “depois”, em um momento “posterior” ela fosse começar efetivamente a usar a língua nas mais diferentes situações e contextos. Lembramos a dura crítica wittgensteiniana a Agostinho por este entender a criança como se fosse um estrangeiro que chegasse a um lugar cuja língua desconhecia – chegasse a esse lugar “depois”, “posteriormente” a já ter adquirido uma língua. Ao contrário, diz Wittgenstein que, para que a criança pudesse aprender uma língua segundo o “método” do ensino ostensivo das palavras, seria preciso que ela tivesse já sido iniciada no jogo de apontar e nomear coisas do mundo. Se assim não fosse,

⁶ Retornarei a essa questão de uma língua “enumerável” logo abaixo.

a criança poderia, por exemplo, se comportar como os gatos – que, a um gesto dêitico, olham para a mão que aponta, e não para aquilo que é apontado. No mesmo espírito, para que a criança fosse capaz de aprender a nomear coisas, ela teria de saber perguntar pelos nomes.

Wittgenstein, conforme é sabido, compara o modelo agostiniano de linguagem àquele do autor do *Tractatus Logico-Philosophicus*. Claro está que a concepção de um princípio universal no fundo de todas as línguas naturais, que predeterminaria todos os mais diversos usos cotidianos da linguagem, corresponde à ideia do chamado “primeiro” Wittgenstein. Já nas *Investigações Filosóficas* temos a impossibilidade de se estabelecer algum cálculo prévio ao efetivo uso da língua. Estamos, então, na também conhecida discussão wittgensteiniana sobre regra. Também aqui a contribuição de Wittgenstein para a linguística é, infelizmente, ignorada. Como diz o historiador das ideias linguísticas Sylvain Auroux: “Os linguistas mostraram muito pouco interesse pelos argumentos desenvolvidos por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* (185 § 242), que pretendem mostrar que é muito difícil definir o que é seguir uma regra” (AUROUX, 1988, p.244).⁷ Aliás, sobre isso é pelo menos curioso dar-se conta de que as várias “linguísticas” na maioria das vezes não se ocupam explicitamente em determinar o funcionamento das regras que regulam os múltiplos acontecimentos linguísticos (obviamente estamos aqui desconsiderando a gramática normativa, que estabelece regras prescritivas).

Grosso modo, em relação a isso pode-se dizer haver um enorme amalgamento nos estudos linguísticos contemporâneos, que opõe de um lado “formalistas” e, de outro, os chamados “funcionalistas”. Na boa explicação de Marcuschi sobre o tema:

Simplificadamente, pode-se dizer que o funcionalismo, em especial o sistemicista, baseia-se em dois pressupostos:

1. a linguagem tem funções que são externas ao sistema como tal
2. funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico.

Os formalistas, particularmente os chomskianos, por sua vez, postulam que as funções externas da linguagem não influenciam as categorias internas do sistema. Tomam o sistema como autônomo e baseado na modularidade: fonologia, sintaxe e semântica. Cada módulo é independente e não interage com o outro. (MARCUSCHI, 2008, p.44).

A visão formalista, de que temos a perspectiva chomskiana de linguagem como a mais prototípica, é refratária a uma concepção de que o exterior à língua teria alguma influência sobre sua própria estrutura. Mesmo em relação à questão do significado linguístico, campo em geral de mais dúvidas do que certezas, este não sofreria interferências externas sobre princípios linguísticos internos. Teríamos, assim, não apenas princípios sintáticos, fonéticos, mas também

⁷ Tradução nossa. No original: “Les linguistes se sont très peu intéressés aux arguments développés par Wittgenstein dans les *Investigations philosophiques* (§ 185 à 242) et qui ont pour objet de montrer qu’il est très difficile de définir en quoi consiste suivre une règle.”

semânticos. Nesse caso, dentro dos estudos gerativos essa controvérsia não foi totalmente apaziguada, levando a uma discordância dentro dos estudos gerativistas, separando de um lado uma perspectiva semanticista de linguagem que postula a ideia de haver conceitos mentais pré-definidos; e de outro lado uma concepção cognitiva da linguagem, que não considera a língua como um sistema autônomo em nossa mente / cérebro, mas, sim, como pertencente e ligada a outros processos cognitivos.

Por outro lado, os dois pressupostos do funcionalismo expostos por Marcuschi podem ser entendidos, de maneira bastante rápida, como a ideia de que é o uso da linguagem que gera sua própria regra. Isso significa dizer que não há uma regra apriorística, um princípio anterior ao uso, que determinaria a linguagem, mas justamente o inverso. Assim, conforme já foi dito, dentre as propostas teóricas da Linguística, a perspectiva de linguagem do Wittgenstein maduro está mais afeita aos estudos da Sociolinguística, da Análise do Discurso, do que do estruturalismo e/ou do gerativismo. Afinal, quando Saussure escolhe fazer uma linguística da *língua* social, e não da *fala* individual, e quando Chomsky considera para análise apenas a *competência* linguística, e não a *performance* efetiva dos falantes, ambas as suas metodologias de análise não consideraram as variações e mudanças linguísticas. Assim, aqueles novos ramos da Linguística se constituem na crítica mesma à não consideração tanto do estruturalismo quanto do gerativismo do próprio *acontecimento* linguístico. No caso da Sociolinguística em específico, há a preocupação de descrever justamente os diferentes dialetos de uma língua, entendendo que, se há um princípio linguístico, este seria o de que todas as línguas variam e mudam.

Porém, o que pretendemos discutir neste artigo é que, mesmo aí, esses princípios não deixam de ser problemáticos; afinal, como delimitar variações dialetais (socioculturais, geográficas) de uma língua (essencial?)? Por outro lado, a não considerarmos uma língua homogeneizante, nos haveríamos com incontáveis dialetos. Além disso, ainda temos a questão de como delimitar uma linha diacrônica que demarcasse a mudança de um estado A para um estado B de língua. De nossa parte propomos que a ideia wittgensteiniana de “forma(s) de vida” [*Lebensform*] é esclarecedora de conceitos duvidosos como “comunidade linguística”, “comunidade de fala”. Pensar em termos de formas de vida faz repensar línguas sem delimitações rígidas, mas compreendendo a complexidade que as próprias noções de sociedade, cultura impõem.

Neste ponto recorreremos ao artigo de Araceli Velloso “Formas de vida ou formas de vida?” (2003), fruto de sua tese de Doutorado defendida na Pontifícia Universidade Católica do

Rio de Janeiro (PUC-Rio). Nesse texto Velloso amalgama quatro possíveis interpretações da expressão “forma(s) de vida” oferecidas por diferentes comentadores da obra wittgensteiniana. Uma primeira interpretação aproxima as expressões “formas de vida” e “jogos de linguagem” como termos intercambiáveis. Essa leitura se pauta sobretudo no conhecido aforismo 19 das *Investigações filosóficas*: “[...] representar uma linguagem significa representar-se uma forma de vida” (IF §19).

Ainda segundo o artigo de Velloso, uma segunda interpretação seria a de M. Hunte, para quem a noção de formas de vida está indelevelmente associada a formas de vida biológicas. De acordo com essa visão, falar seria equivalente a comer, andar etc. Trata-se de uma interpretação ainda plural: seriam formas de vida biológicas que corresponderiam a diferentes formas de vida.

Sempre seguindo os passos de Velloso, uma terceira interpretação entende que descrever uma forma de vida equivale a descrever uma cultura. Essa posição é defendida por autores como Peter Winch e Vernon Pratt, para quem é então possível se falar não só em formas de vida no plural, mas em *inúmeras* formas de vida. Traduzir de uma língua para outra, por exemplo, implicaria em uma tradução intercultural, não redutora a algum tipo de “decodificação”.⁸

Por fim, conhecemos por Velloso uma interpretação de forma de vida no singular. O principal defensor dessa visão é Newton Garver, que defende como única interpretação plausível a de que a expressão se refere a uma única forma de vida: a forma de vida humana. Ele se apoia nas ocorrências que estão no singular, ainda que faça referência às outras presentes não somente nas *Investigações Filosóficas*. Essa explicação responderia a um “solo comum” buscado por Velloso (2003) – em nosso caso em análise, garantiria uma estabilidade absoluta para a linguagem (e, conseqüentemente, para sua significação). Ao mesmo tempo, de tão forte essa hipótese falha em nos clarificar como existem desentendimentos, mal-entendidos, incompreensões. Afinal, desacordos também fazem parte das formas de vida humanas.

Procurando respeitar uma ética ao texto wittgensteiniano, entendemos que não se deve definir a expressão wittgensteiniana de forma apriorística. Antes, devemos usá-la em diferentes contextos, como usamos a linguagem. Assim, discordando de uma definição essencialista, preferimos interpretar a expressão forma(s) de vida em sua vagueza constitutiva, definindo sua significação nos diferentes acontecimentos linguísticos por semelhanças de família.

⁸ Voltaremos a esse ponto por entendermos que essa leitura de formas de vida é fundamental para a construção de uma antropologia linguística em contraponto ao atual modelo hegemônico norte-americano.

Acreditamos, assim, estarmos próximos da interpretação que faz Arley Moreno (2000) da expressão: abarcando tanto uma “animalidade” com que o ser humano cria suas instituições, quanto uma atividade que esse mesmo ser humano desempenha – uma atividade como andar, comer, beber e jogar (MORENO, 2000, p.55; cf. IF § 23, 25). As formas de vida, porque humanas, se não impõem princípios normativos, por outro lado, não se eximem de impor algum princípio. Isso quer dizer que têm regras convencionalmente institucionalizadas. Conforme explica Moreno, se no *Tractatus* Wittgenstein defendeu que o significado linguístico era ou bem o objeto designado, ou bem o estado de coisas denotado no mundo, agora o critério de significação está nas próprias (e diversas) formas de vida. Ou seja: o “mundo” é substituído por “formas de vida” (MORENO, 2000, p.60, 84). Logo, o termo forma de vida pode ser entendido tanto como uma vida humana singular quanto como seres humanos socialmente plurais, culturalmente diversos. Essa compreensão parece mais afinada com outras passagens wittgensteinianas, como esta, de *Da Certeza*:

559. Você deve ter em atenção que o jogo de linguagem é, por assim dizer, imprevisível. Quero dizer: não se baseia em fundamentos. Não é razoável (ou irrazoável). Está aí – tal como a nossa vida (WITTGENSTEIN, 1998, p. 157).

A linguagem é como nossa vida: seres biológicos, sociais, culturais.⁹ Desse modo, conceber formas de vida plurais tanto em sentido biológico quanto social, cultural acarreta uma melhor explicação para o que está diante de nossos olhos: falamos uma língua, em nosso caso, portuguesa, que, de fato, são várias línguas portuguesas se entrecruzando como malhas de fios que por vezes se traçam e, por outras vezes, nem se tocam. Não há aí um solo comum, um fundo comum que seguraria toda a trama, mas é a própria trama que segura o tecido.

A ideia de formas de vida, defendemos, seria também seminal para uma antropologia linguística. Até onde sabemos, acontece no campo da antropologia linguística o mesmo que ocorre nos estudos pragmáticos: o esquecimento do pensamento wittgensteiniano em benefício da filosofia austiniana de linguagem. De fato, os antropólogos Richard Bauman e Charles Briggs (2006) se apropriam do conceito de *performance* para uma antropologia linguística que explica algumas ocorrências linguísticas como performáticas. Sem a intenção de criticar esses trabalhos, propomos uma antropologia linguística de fundo wittgensteiniano, sobretudo a partir da ideia de forma(s) de vida. Reconhecemos que a aproximação entre Wittgenstein e antropologia não é algo novo – Gunter Gebauer, por exemplo, já o fez. Entretanto, nosso objetivo é contribuir para uma antropologia linguística cujos métodos de descrição linguística sejam mais coerentes com a própria fugacidade da linguagem.

⁹ Essa própria separação, é claro, é problemática (cf. VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

Fundar uma antropologia linguística de base wittgensteiniana é reconhecer não apenas alguns, mas todos os gestos linguísticos como performáticos – ou seja, como fruto de nosso corpo, de nossa sociedade, de nossa cultura. A linguagem, dessa forma, varia não apenas porque somos de culturas diferentes, como também porque nossa diferença se dá no corpo. Essa leitura valida discussões interseccionais de teorizações contemporâneas em torno de raça e gênero. Nesse sentido, a língua é, de certa forma, perspectivada no corpo, pelo corpo. As línguas variam também porque os corpos não são iguais – e ter percepções diferentes faz com que aquilo que está à nossa vista seja mesmo diverso. Ainda, essa visão de linguagem explica a mudança linguística de maneira não estrutural, não abstracionista, mas em termos de mudanças contínuas.

Além disso, a noção de formas de vida, acreditamos, dialoga diretamente com a ideia de “formações discursivas” tal como comparece em algumas Análises de Discurso, sobretudo as de linha francesa, como as de Foucault e Pêcheux. Podemos ver nesse conceito a concepção de que a repetição e também a dispersão acabam por “formar” discursos tais, ao mesmo tempo que essas formações não são homogêneas – por exemplo, não se pode falar em “formações discursivas acadêmicas” como um bloco homogêneo, na medida em que aquilo a que chamamos de “Universidade” abarca universos bastante diversos.

Para além de nossas propostas, é fato que o semiótico Jacques Fontanille (2015) se inspirou na expressão forma(s) de vida tal como expressa por Wittgenstein para conceber uma releitura da semiótica greimasiana, inclusive respondendo a uma antiga crítica sofrida por esta escola linguística: a de que partem de um sentido imanentista de texto. Fontanille então inclui como último passo a ser dado no percurso gerativo de sentido a análise das formas de vida. Trata-se de assunto controverso mesmo entre semióticos – parece que Fontanille manteve a vagueza do termo wittgensteiniano em sua teorização semiótica. Quando falamos neste trabalho de “vagueza linguística” a entendemos como Baker e Hacker, para quem “a vagueza não deve ser confundida com falta de determinabilidade do sentido” (BAKER; HACKER, 1980, p. 226). Afinal, se a linguagem não responde a regras lógico-matemáticas, ela é regada por princípios socioculturais. Essa regra impede que fôssemos levados a uma total incompreensibilidade mútua, se cada acontecimento linguístico fosse absolutamente inaugural em sua univocidade ímpar. Estaríamos diante do dilema da incomunicabilidade completa por falta de uma estabilidade (absoluta) das imprevisíveis ocorrências linguísticas. De acordo com esse perspectivismo linguístico pragmático, não somos subjugados por uma regra absoluta,

apriorística, universal, mas jogamos com regras sem contornos rígidos – regras pragmaticamente constituídas.

Nesse caso, o próprio conceito de “palavra”, elemento de difícil definição entre os linguistas, pode ser definido a partir dessa ideia de regra sem rigidez. É sabido que, à falta de um bom critério (o fonológico, o semântico se mostram falíveis), acaba-se por adotar o critério gráfico, considerando o espaço em branco no papel o limite entre “palavras”, escolha essa que desconsidera as múltiplas línguas ágrafas existentes. De novo a ideia de semelhança de família, de Wittgenstein, pode dar uma importante contribuição para a Linguística na medida em que encampa a vagueza da palavra “palavra”, determinando-a conforme a gramática de seu uso. Logo, o critério mais “vago” parece ser, wittgensteinianamente falando, o mais “exato”. Não se baseia em logicismos – nem em falta de lógica. Afinal, sabemos, essas não são prerrogativas da linguagem – que está aí, tal como a nossa vida.

Considerações finais

A motivação deste artigo nasce do desejo de apropriação das contribuições teórico-metodológicas do Wittgenstein maduro para o campo dos Estudos da Linguagem, mais especificamente para as áreas da pragmática e análise do discurso. Desse modo, buscamos mostrar como ramos da pesquisa linguística, como a aquisição da linguagem e algumas análises sociolinguísticas, poderiam ganhar com a operacionalização de expressões linguísticas wittgensteinianas, tais como jogos de linguagem, semelhança de família, gramática de uso.

Nesse sentido, pretendemos esboçar uma linguística antropológica de base wittgensteiniana sobretudo a partir das ideias de formas de vida, semelhança de família e jogos de linguagem. Assim, a própria concepção de “língua” como forma de vida permite uma descrição linguística cuja metalinguagem descritiva é já um “ver como”. Afinal, tal descrição esclarece regras gramaticais de uso – necessariamente culturais, sociais. Trata-se de uma análise radicalmente pragmática, histórica, antropológica do significado linguístico, uma vez que a própria ferramenta metalinguística será variável.

Claro está que, coerentemente a uma práxis wittgensteiniana, não poderíamos fixar um método único de antemão para toda e qualquer investigação linguística. Afinal de contas, para cada doença, uma terapia. A certeza é a de que essa terapia não será lógica – nem ilógica. Uma vez que a linguagem verbal não é matemática, não será através de cálculos que chegaremos a

algum resultado possível. Antes, a análise linguística mostrará crenças, instituições, rituais, já que mundo e linguagem se constituem mutuamente.

Obviamente, essa perspectiva de linguagem nos coloca outros desafios – como outras perguntas. Por exemplo, como analisar os efeitos de sentido constituídos nas diversas formas de vida dos discursos em circulação do Brasil atualmente polarizado entre “comunistas” e “fascistas” (conforme essas posições discursivas se nomeiam mutuamente)? Seria o caso de se esclarecer, clarificar mal-entendidos mútuos, como que vítimas de enfeitiçamentos linguísticos? Ou seria o caso de se admitir a existência de diferentes formas de vida – quiçá mesmo incomunicáveis entre si? A ancoragem de sentidos em formas de vida permite que algum sentido sempre seja admitido por alguma regra, ou há limites, ainda que instáveis? Como foi dito, apresentou-se aqui uma imagem de uma antropologia linguística de fundo wittgensteiniano – como que uma aposta promissora para a Linguística que se embrenha pelos labirintos da significação humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AUROUX, S. *La raison, le langage et les normes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- BAKER, G.P.; HACKER, P.M.S. *Essays on the Philosophical Investigations – Wittgenstein – Meaning and understanding*. Oxford: Basil Blackwell, 1980.
- BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. *Ilha: Revista de Antropologia*, v. 8, n.1/2, p.185-229, 2006.
- BENVENISTE, E. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Tradução: Eduardo Guimarães et. al. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1984[1933].
- CANFIELD, J. V. The living language: Wittgenstein and the empirical study of communication. *Language Science*, v. 15, n. 3, p. 165-193, 1993.
- CARVALHO, M. Informação verbal, out. 2022.
- CAVELL, S. *The Cavell reader*. Edited by Stephen Mulhall. Massachusetts, Oxford: Blackwell Publishers, 1996.
- _____. *The claim of reason*. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge; London: The MIT Press, 2015[1995].
- CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 2002[1957].
- DURANTI, A. Ethnography of speaking: toward a linguistics of the praxis. In Newmeyer, F. J. (Ed.), *Linguistics: The Cambridge Survey*, pp. 2 10-228. Cambridge University Press, Cambridge, 1988

- FONTANILLE, J. *Formes de vie*. Liège: Presses Universitaire de Liège, 2015.
- GEBAUER, G. *O pensamento antropológico de Wittgenstein*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução: Marcos Bagno; Maria Marta Pereira Scherre; Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].
- LEVINSON, S. Activity types and language. *Linguistics* 17, 365-399, 1979.
- MARCUSCHI, L. A. Breve excursão sobre a Linguística no Século XX. _____. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MORENO, A. R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem: ensaio introdutório*. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 2000.
- SAUSSURE, F. de. *Escritos de Linguística Geral*. Organização e edição: Simon Bouquet; Rudolf Engler. Tradução: Carlos Augusto Leuba Salum; Ana Lucia Franco. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.
- SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Tradução: Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 1998 [1916].
- VELLOSO, Araceli. Forma de vida ou formas de vida? *Philosophos*, 8 (2): 159-184, jul./dez. 2003.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: _____. *A inconsistência da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. p.345-399.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução, apresentação e estudo introdutório: Luiz Henrique Lopes dos Santos; [Introdução de Bertrand Russell]. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. *Da certeza*. Lisboa: Edições 70, 1998.
- _____. *O livro azul*. Lisboa: Edições 70, 1992a.
- _____. *O livro castanho*. Lisboa: Edições 70, 1992b.
- _____. *Investigações filosóficas*. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores).